

A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

Carolina Lopes Araújo¹

Prof^a. Msc. Nívea da Silva Gonçalves Pereira²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo a análise da representatividade da mulher negra no mercado de trabalho, na contemporaneidade brasileira, mostrando como, após 131 anos da abolição da escravatura, o sistema de opressão, eurocêntrico e colonial, continua a subalternizar corpos negros femininos, além de imputar determinadas profissões como única forma de sobrevivência social. Assim, utilizaremos como escopo teórico estudos feitos pelo IBG e, também, nos pautaremos da crítica feminista, mais especificamente, do feminismo negro.

PALAVRAS CHAVE: Mercado de Trabalho; Mulher Negra; Feminismo Negro; Direitos humanos; Escravidão;

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo el análisis de la representatividad de la mujer negra en el mercado de trabajo, en la contemporaneidad brasileña, en que muestra cómo después de 131 años de abolición de la esclavitud, el sistema de opresión, eurocéntrico y colonial, continúa subalternizando cuerpos negros femeninos, además de imputar determinadas profesiones como única forma de supervivencia social. Así, utilizaremos como ámbito teórico estudios hechos por el IBGE y también, nos guiaremos de la crítica feminista, más específicamente, del feminismo negro.

Palabras Claves: Mercado de Trabajo; Mujer Negra; Feminismo Negro; Derechos Humanos; Esclavitud;

¹ Carolina Lopes Araújo. Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) Campus Federação. E-mail: araujoclopes@gmail.com. Orientada por Nívea da Silva Gonçalves Pereira.

² Nívea da Silva Gonçalves Pereira. Graduada em Direito pela UNIME (União Metropolitana de Educação e Cultura). Advogada Criminalista. Professora universitária. Especialista em Direito Público com ênfase em Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito da Criança e do adolescente.

SUMÁRIO: INTRODUÇÃO. 1 BREVE HISTÓRICO ACERCA DA ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO MUNDIAL. 1.1 A Escravidão no Brasil. 2 O INÍCIO DA LUTA PELO RECONHECIMENTO DA IGUALDADE. 2.1 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL. 2.2 DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO. 3. O MERCADO DE TRABALHO PARA A MULHER NEGRA E SUAS OPORTUNIDADES. 4. A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO. 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo fazer um breve estudo sobre a mulher negra no mercado de trabalho brasileiro e expor que, mesmo após 131 (cento e trinta e um) anos da abolição da escravatura, os resquícios da tortura, da impiedade do corpo negro feminino e da subalternidade estão muito evidentes.

Com isto, irei perpassar por meios de estudos feitos pelo IBGE e correntes teóricas feministas demonstrando que há uma porcentagem significativa de mulheres negras que não possuem escolaridade, sobretudo, de nível superior. Além disso, destacar que as profissões em que mulheres negras não se encontram, em sua maioria.

Vale ressaltar que pretendo evidenciar espaços de trabalho que, mesmo com dificuldades, vem sendo conquistados por essas mulheres, o que fortalece a resistência acerca dos estudos negro feminino fazendo com que cada vez mais haja a ruptura de paradigmas que impedem a interação destas mulheres e reconhecendo que elas não devem estar sempre na condição de empregada doméstica, babá, serviço geral e que elas podem e devem ser o que elas quiserem e sonharem.

Diante disto, serão destacadas algumas mulheres negras, como por exemplo, Eliane Dias, 46 (quarenta e seis) anos, advogada, ativista, palestrante e CEO da empresa Boogie, é uma mulher negra que morou na favela com sua mãe, sofreu um acidente e teve parte do seu rosto queimado. Para ajudar com as despesas de casa começou a trabalhar como faxineira. Sempre sonhou em ser advogada, entretanto, um sonho que teve dificuldade em acreditar que seria possível, pois em pleno século XXI, vemos pouquíssimas negras de sucesso nos meios de comunicação, não é difícil entender que na década 80 era algo muito escasso.

Pois bem, esta mulher, mesmo casando com um homem que a impediu de viajar só pelo fato de ser mulher, mesmo com todas as dificuldades que a caminhada lhe trouxe, mesmo com dois filhos pequenos para criar, decidiu que realizaria seu sonho de ser advogada. Hoje é uma dos grandes nomes do direito brasileiro quanto a luta por igualdade racial e direitos humanos, além de ter fundado a empresa Boogie que atua na produção musical do seu marido e do grupo Racionais MC's. Eliane Dias é um exemplo de mulher negra que lutou muito para conseguir um espaço social e não depender de outras pessoas para lhe privar.

Bem como, a também advogada que hoje é Registradora e Tabeliã, palestrante e Professora. Gabriela Pereira, baiana, natural do bairro Nordeste de Amaralina, estudante da graduação pelo PROUNI e hoje um dos maiores nomes na advocacia baiana em Direito Imobiliário. Pereira também teve uma infância e juventude pobre, cursou a universidade e se formou com bolsa de estudos, porém, Gabriela sempre sonhou e lutou muito para ser reconhecida na advocacia, por ser pobre, precisou batalhar muito para conseguir bancar seus cursos de pós graduação. Hoje é especialista em Direitos Reais, da aula sobre esse tema na Universidade Católica do Salvador e sua dedicação é tão grande que quando há palestras sobre Direito das Coisas, não há como não pensar em Gabriela Pereira.

Djamila Ribeiro, Mestre em filosofia, Coordenadora da coleção Feminismos Plurais e selo Sueli Carneiro e palestrante. Ribeiro é filha de Pedreiro e empregada Doméstica. Seu pai e sua mãe sempre lhe incentivaram a estudar. Seu pai como ativista, sempre lutou pelas causas dos negros e seu nome tem origem Africana. Ribeiro conseguiu um emprego de copeira em um banco onde sua mãe conhecia a gerente. Ela escondia de seu pai o emprego, pois ele trabalhou muito para que ela estudasse em escola particular e aprendesse a falar inglês. Djamila Ribeiro estava fazendo faculdade de Jornalismo (o qual não concluiu) e conversou com a gerente sobre a possibilidade de mudar de cargo, já que ela tinha no currículo inglês fluente e cursava uma faculdade que a maioria das mulheres brancas do banco não possuíam. A gerente lhe respondeu que o outro gerente adorava o seu café e que time que está ganhando não se mexe.

Ribeiro conquistou seu espaço após pedir demissão desse emprego e concluiu a faculdade de filosofia e passou a trabalhar em uma ONG para mulheres negras que foram abandonadas pelos parceiros e a organizadora questionou o porquê ela não faria mestrado na USP. Djamila Ribeiro foi criticada pela família, e o seu parceiro não aceitava que estivesse longe de casa, pois precisava cuidar da filha. Com todas as dificuldades, ela conquistou seu mestrado e hoje não se fala em Feminismo Negro sem pensar em Djamila Ribeiro que é autora de alguns livros, dentre eles “O que é o lugar de fala” e “Quem tem medo do Feminismo Negro?” que durante a jornada deste artigo será usado como precedente.

Entretanto, infelizmente, estas dolorosas e lindas histórias estão muito longe de serem uma regra no Brasil para as mulheres negras periféricas. Pois, segundo o IBGE, é de 2,3 vezes maior a proporção das mulheres brancas com ensino superior que as mulheres negras, no Brasil.

Quando se analisa o porquê dessa incongruência, uma das primeiras coisas que poderá ser percebida é que a mulher negra tem muito mais dificuldade em concluir seus estudos que a mulher branca, pois a negra, em regra, trabalha desde de criança para ajudar no sustento da família normalmente como empregada doméstica ou babá e ainda que o trabalho infantil seja crime pela Convenção 182, da OIT, aprovada em 1999, que prevê a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua alimentação, como explicar para os pais que vivem na periferia e para essa criança, que ela deve estudar e não trabalhar se estão passando fome?

Observa-se, então, que não é difícil entender o porquê as mulheres negras têm maior dificuldade tanto para ingressar no ensino superior, bem como terminá-lo, pois é um desafio imposto pelo racismo estrutural e institucional existente na sociedade brasileira, uma vez que essas mulheres precisam trabalhar para se sustentar e normalmente trabalham em dois ou três empregos para que o filho possa estudar em uma escola particular, para que esta criança tenha uma chance que ela não pôde ter.

Uma porcentagem significativa dessas mulheres foram abandonadas pelos maridos e por terem filhos não conseguem espaço social senão em empregos determinados para o público negro.

Nesse sentido, evidencia-se que será necessário incluir assuntos como escravidão na África para que possamos entender o processo histórico da escravidão no Brasil, também estudar o que foi o Brasil Colonial e o desenvolvimento do Patriarcado no País, para assim chegarmos no embranquecimento do Brasil e então, entender como a mulher negra se encontra no papel de subalternidade.

1. BREVE HISTÓRICO ACERCA DA ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO MUNDIAL

Segunda a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a escravidão do povo negro, também chamada de escravidão moderna ou escravidão negra, deu início no século XV, em 1444 pelos portugueses que começaram a escravidão com os negros oriundos do Sudão, com a exploração da costa da África e a colonização das Américas.

A partir disto, a economia passou a crescer nesses países o que fez com que rapidamente os demais impérios coloniais passassem a aderir a prática de compra e vendas de pessoas, com o intuito amplamente econômico e também na ideia “comércio triangular”, ou seja, entre a captura de negros na África, a venda e troca por matéria-prima na América e na venda das riquezas obtidas e a retomada do empreendimento na Europa. - **Grifos da UFRGS** -

Conforme estudos oriundos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, traz a ideia de que a escravidão moderna possui três componentes importantíssimos para a manutenção da escravidão no mundo.

Vejamos:

“A escravidão moderna, alicerce da colonização no Novo Mundo e do capitalismo mercantilista, foi um fenômeno absolutamente inédito no mundo conhecido por basear-se, com astúcia inovadora, na conjunção indispensável de três componentes:

- a – Baseava-se no fator racial, mesmo antes que o termo “raça” adquirisse um estatuto supostamente científico, em inícios do século XIX (escravizavam-se os negros africanos e seus descendentes enquanto que, na Antiguidade, a escravidão em geral havia resultado de outros fatores, como o não cumprimento de dívidas ou o resultado de guerras);
- b – A escravidão era hereditária, seguindo a linha matrilinea (*é uma classificação ou organização de um povo, grupo populacional, família, clã ou linhagem em que a descendência é contada em linha materna.*)
- c – A escravidão se dava por toda a vida (mais uma vez diferentemente da escravidão antiga, frequentemente temporária).”

Ainda em análise dos estudos feitos pela Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, entre os anos de 1781 e 1790, foram vendidos mais de 80.000 negras e negros por ano, sendo os principais traficantes os ingleses, franceses, espanhóis, portugueses, holandeses e dinamarqueses.

É importante destacar, que no período relatado acima, surgiram na sociedade os primeiros homens que desejavam a abolição da escravidão por motivos humanitários, bem como religiosos que, em regra, eram os homens intelectuais por influência do “Século das Luzes” e pela Revolução Industrial em 1760 e em algum momento em 1820 e 1840. Nesse período, alguns países já haviam abolido a escravidão, como a Espanha (1820) e a Suécia (1824).

1.1 A escravidão no Brasil

No Brasil, a escravidão teve início com a produção do Açúcar no século XVI. Os europeus portugueses importavam mulheres e homens da África para o trabalho forçado na produção do açúcar que deu início na região Nordeste do País. Os comerciantes tratavam os negros como coisas e os mais saudáveis, em regra, valiam até o dobro do preço em relação aos mais velhos e mais fracos.

Na época do Brasil Colônia, por volta do século XVIII, as mulheres negras e os homens negros eram obrigados a trabalharem embaixo de sol em “troca” de roupas velhas e alimentação escassa. Dormiam em senzalas, que era um galpão, lugar sem higiene, úmido e quase sem iluminação, acorrentados para que não tentassem fuga, bem como, eram constantemente castigados com o açoite nos chamados “pelourinhos” -coluna de madeira que se encontrava nas casas do senhores de engenhos (e nas praças públicas) com o intuito de expôr os negros ditos “rebeldes” para que todos pudessem ver-.

Segundo o professor da Universidade Federal de Pernambuco, Marcus Carvalho, explica que ainda nesse século, as mulheres negras e os homens negros eram totalmente proibidos de praticarem seus rituais religiosos, sendo obrigados a seguir o cristianismo, tornando a cultura africana demonizada por religiosos e fazendo com que os senhores de engenhos tivessem medo de tudo que era do negro. Ainda assim, os povos da África conseguiram manter sua cultura que se segue até os dias

atuais no Brasil contemporâneo e no mundo.

Segundo Ângela Davis, filósofa estadunidense, em seu livro *Mulheres, raça e classe* p.186, explica que:

“No trabalho escravo as mulheres negras experimentaram a igualdade com os homens, na produção, na força, nas surras, muitas das quais seguidas de morte, predominando múltiplas violências às mulheres, pelo sexo, estupro, reprodução e lactação.”

Destarte, na primeira parte do livro Ângela Davis mostra múltiplas violências: estupros – como prática desvinculada de instinto sexual dos homens brancos, porém, como parte do conjunto de estratégias para a manutenção do regime escravocrata –, violência como prática dos proprietários da população negra escravizada, a fim de lucros. Cada “cria” que nascia equivalia uma mercadoria dos senhores de engenho, ou seja, mais lucro, sendo a mãe negra não possuindo o direito de criar suas filhas e filhos e constituindo, desta forma, uma família.

Ainda segundo os estudos do Professor Marcus Carvalho, era comum a prática de negros que se voltavam contra as fazendas nas quais eram escravizados e fugiam para as florestas onde poderiam praticar seus rituais sem proibições, formando os conhecidos Quilombos que eram comunidades organizadas com a mesma ideia de aldeia que viviam na África antes de serem traficados.

O professor ressalta que o quilombo mais famoso no Brasil é o “Quilombo dos Palmares” que era comandado por Zumbi e Dandara a sua primeira e principal esposa entre as dez.

Marcus Carvalho explica que no século considerado do “ouro” – ainda no século XVIII – alguns negros conquistavam sua liberdade juntando dinheiro por toda a vida para comprar sua carta de alforria. Já no Século XIX, a Inglaterra com o intuito de ampliar seu mercado no Brasil, aprovou a Lei Bill Aberdeen em 1845, onde proibia a prática do tráfico negreiro, abordando e aprisionando os navios de países que ainda praticavam as atrocidades.

Segundo a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em 1850, com muita pressão da Inglaterra, o Brasil se viu obrigado a ceder e aprovou a Lei Eusébio de Queiroz que, finalmente punha fim no tráfico negreiro no País. Também fora criada a lei do Ventre

Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, conhecida como “Lei Rio Branco”, ou seja, os negros nascidos a partir desta data eram considerados livres e em 1885 foi promulgada a Lei dos Sexagenários garantindo a liberdade as pessoas maiores de 60 anos de idade.

Ainda segundo a Prefeitura, a abolição final só ocorreu no Brasil pois os ingleses ameaçaram cortar as importações e exportações com o país, sendo a Princesa Isabel forçada a abolir a escravidão que ocorreu em 13 de maio de 1888.

Porém, com o racismo e preconceito já instaurado no país, não existiam oportunidades para as negras e negros que se viram obrigados a construir suas casas sem material adequado e sem apoio populacional. Lugares esses hoje conhecidos como Favelas/comunidades.

A falta de oportunidade fez com que a população negra servisse à elite com apenas o que, segundo os dominadores, sabiam fazer: para as mulheres era ser doméstica e cozinheira e para os homens continuarem servindo como mão de obra nos engenhos.

Com base na narrativa apresentada, em pleno século XXI, os descendentes dessa população que eram realezas em seus países africanos e foram forçados à prática escravocrata, continuam sofrendo pelo racismo individual, institucional e estrutural que se alastrou, sendo vistos, em regra, apenas em profissões subalternas e tendo dificuldade em ascender profissionalmente, pois a raça dominante no Brasil enxerga-os como eternos serventes.

2. O INÍCIO DA LUTA PELO RECONHECIMENTO DA IGUALDADE

Após as análises contidas no artigo, não há dúvidas acerca do racismo existente no país nos dias atuais. Atualmente, a pirâmide social, também conhecida como pirâmide da opressão, começa na mulher negra, depois o homem negro, seguido pela mulher branca se encerrando no topo com o homem branco.

Conforme dados do IPEA – Instituto de pesquisa Econômica Aplicada-, no ano de 2011 relatou a desigualdade de gênero e Raça, trazendo à tona uma série de desigualdades nas condições socioeconômico de homens (negros e brancos) e mulheres (negras e brancas) no país.

O gráfico abaixo, analisado pelo IPEA até o ano de 2009, mostra como as mulheres negras são a base da pirâmide e que chega a ganhar menos que o homem branco em mais de 40%, sendo essa desigualdade, fruto de uma escravidão racial, que, ainda não teve fim.



Figura 1: Gráfico do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, analisado até o ano de 2009

Nesse mesmo gráfico, podemos ver que tanto o homem negro, como a mulher branca também não usufruem financeiramente do mesmo que o homem branco que se encontra no topo da pirâmide.

As mulheres brancas, na década de 40, começam a buscar seu direito a trabalhar sem a permissão de seus maridos. Em 1932 já haviam conquistado o direito ao voto no governo de Getúlio Vargas após intensa campanha pelo direito, mas ainda não estavam satisfeitas com a condição de serem propriedades destes.

As pesquisas do (PEA) População Economicamente Ativa, mostram que atualmente, as mulheres brancas chegam a ganhar apenas 61% do salário dos homens em cargo de diretoria, por exemplo e por esse motivo, desde de 1960 começou, então, a luta de um conjunto de movimentos políticos, sociais, ideológicos e filosóficos, com o objetivo ao direito à igualdade, baseado em norma de gênero, chamado **feminismo**.

2.1 O surgimento do movimento feminista no Brasil

Segundo Renato Cancian, o movimento feminista contemporâneo surgiu nos Estados Unidos, por volta da segunda metade dos anos 60 e se desenvolveu em diversos outros países entre os anos de 1968 e 1977.

Outra característica do feminismo contemporâneo é a proeminência de intelectuais e líderes do sexo feminino. Esse fato é o reflexo das mudanças políticas, educativas e sociais que estiveram ao lado dessa nova geração de mulheres que se projetaram como líderes feministas, entre as quais devem ser citadas principalmente Betty Friedan, Kate Millet e Simone Beauvoir.

O feminismo ganhou muita força na década de 1970, quando a pauta principal era a possibilidade da mulher se divorciar e também ter o direito de abortar.

Destarte, o feminismo, na década de 1990, ganhou maior força e visibilidade no cenário político e social mundial.

O feminismo começou a ter força no Brasil na década de 60, onde as mulheres brancas lutavam por igualdade de direito, para não serem mais consideradas propriedades de seus maridos, para poderem trabalhar sem a necessidade de autorização prévia deles, para deixarem de serem mal vistas pela sociedade em caso de separação ou se tornar viúva e começarem a se relacionar com outras pessoas. Direitos esses que os homens sempre usufruíram.

O Código Civil de 1916, no seu artigo 242, trás as hipóteses das quais as mulheres só podeira fazer com a autorização prévia dos seus maridos, mas destacarei apenas os três últimos:

Artigo 242 – A mulher não pode, sem consentimento do marido:

(...)

VII – Exercer profissão.

VIII – Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.

IX – Aceitar mandato.

Nota-se, portanto, como a mulher era tida como objeto, pessoa sem direitos e dependente de seu marido para realizar atos da vida cível, pois era considerada como uma relativamente incapaz, equiparada aos pródigos, aos menores de idade e aos silvícolas.

Ocorre que, o código civil de 1916, ainda que não tratasse das mulheres pela

raça e sim de forma geral, a mulher negra não se encaixa nessas permissões prévias, pois, após a abolição da escravidão, a mulher negra sempre trabalhou para sustentar seus filhos e que, em regra, era mãe solteira, ou mesmo que casada, o marido não ganhava suficiente para sustentar a família e por isso, era descabido a prévia autorização do homem para que a mulher pudesse trabalhar.

Desta forma, podemos entender que a luta que a mulher branca travava com a sociedade não era a mesma que a mulher negra precisava lutar, visto que, as mulheres brancas lutavam para ter independências, enquanto as mulheres negras lutariam para serem reconhecidas como mulheres e conseqüentemente pessoas providas de direito.

2.2 Do movimento feminista Negro no Brasil

Segundo Djamila Ribeiro (2018), em seu livro “Quem tem medo do feminismo Negro?”, o Feminismo Negro passa a ganhar força a partir da onda do feminismo, entre as décadas de 60 e 80, por conta da fundação da National Black Feminist, nos Estados Unidos em 1973, sendo que havia, também, muitas mulheres negras que já escreviam sobre o tema, criando, desta forma, uma literatura feminista negra.

Porém, é importante destacar que, muito antes do feminismo negro ganhar força, tivemos em 1851, Sojournert Truth, uma ex-escrava, que se tornou oradora, acabou se tornando muito conhecida por seu discurso chamado “E eu não sou uma mulher”. Em uma Convenção dos Direitos das Mulheres, no ano de 1851, que ocorreu em Ohio. Vejamos:

“Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? “

Desta forma, pode-se observar que Sojourner Truth já esclarecia que o tratamento dado à mulher negra era completamente diferente do tratamento dado à mulher branca, pois, enquanto, àquela época a mulher branca lutava pelo direito ao

voto, a mulher negra lutava para ser reconhecida como pessoa de direitos.

No Brasil, segundo Núbia Moreira, em entrevista para o site GELEDES no ano de 2016, entende que o feminismo negro começa a ganhar força na década de 80. Vejamos:

“A relação da mulher negra com o movimento feminista se estabelece a partir do II Encontro Feminista Latino-Americano Ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros coletivos de mulheres negras, época em que aconteceram alguns encontros estaduais de mulheres negras. Em momentos anteriores, porém, há vestígios de participação de mulheres negras no Encontro Nacional de Mulheres, realizado em março de 1979. No entanto, a nossa compreensão é que, a partir do encontro ocorrido em Bertioga, se consolida entre as mulheres negras um discurso feminista, uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista.”

Ocorre que, no Brasil ainda existe muita resistência das feministas brancas em perceberem que, apesar do gênero nos unirem há outras especificidades que nos separam e afastam. Enquanto feministas brancas tratarem a questão racial como birra e disputa, em vez de reconhecerem seus privilégios, o movimento não avançará, só reproduzirá velhas e conhecidas lógicas de opressão.

Em “O segundo Sexo” de Beauvoir (1949, p.11) diz: “Se a ‘questão feminina’ é tão absurda, é porque a arrogância masculina fez dela uma ‘querela’, e quando as pessoas querelam não racionam bem”.

No Brasil, é muito difícil encontrar obras que tratem do feminismo negro, pois, as mulheres negras, por estarem na base da pirâmide social, não se encontra em grande número nas universidades brasileiras. Ainda assim, irei expor algumas pensadoras e estudiosas brasileiras que se destacaram na sociedade e ganharam reconhecimento nacional e algumas, mundial: Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Núbia Moreira, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros Cristianp Rodrigues, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e Joice Berth.

Esses são uns dos grandes nomes na literatura Negra contemporânea Brasileira, mas ainda são poucos. A luta pela igualdade racial, a luta para que a mulher negra seja reconhecida como sujeito de direito ainda é longa. Essa é uma luta que se precisa que todos façam parte, pois, conforme destaca a filósofa Djamila Ribeiro (quarta capa do livro “Quem tem medo do feminismo negro?”): “Ao perderem o medo do feminismo

negro, as pessoas privilegiadas perceberão que nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós, mulheres negras, seguirmos sendo alvo de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo.”

3. O MERCADO DE TRABALHO PARA A MULHER NEGRA E SUAS OPORTUNIDADES

A profundidade racial no mercado de trabalho brasileiro é devastador, apesar de algumas empresas trabalharem com a ideia de igualdade, como exemplo da Superintendência da Caixa Econômica Federal de Salvador. Porém, Segundo dados de pesquisa do IE – Instituto Ethos, realizada recentemente em 2016, pessoas negras só ocupam 6,3% dos cargos de gerente e 4,7% do quadro de executivos nas empresas analisadas pelo estudo.

Esta situação e agrava mais ainda quando se trata da mulher negra. Ainda na mesma pesquisa, mulheres negras ocupam apenas 1,6% do cargo de gerência e 0,4% participam do quadro de executivos. Ou seja, são duas mulheres negras a cada 548 diretores.

A Psicóloga Social, atual coordenadora executiva do Centro de Estudos das Relações e Desigualdades (CEERT), Cida Bento, também colunista do site “CartaCapital”, explica que “(...) há muitos programas de equidade de gênero que são bem-sucedidas em promover a inclusão de mulheres brancas no mercado de trabalho, mas não de mulheres negras.” Continua afirmando que “(...) esse é o grande desafio. As mulheres brancas estão quatro, cinco vezes a mais do que as negras nesse processo de inserção dentro das empresas”.

No dia 20 de novembro de 2018, o UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, reuniu cerca de 100 pessoas para tratar do empoderamento feminino e oportunidades de educação e trabalho para as mulheres negras. Além disso, segundo estudos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, as mulheres brancas possuem 2,3 vezes maior chance de ingressar no ensino superior do que as mulheres negras.

A Youtuber e ativista Gabi Oliveira, participante do evento, destacou que “quando a gente pensa sobre essas diferenças sociais e na evolução das pautas feministas, precisamos pensar onde se encaixam as mulheres negras”. E conclui “Nós nunca vamos chegar à igualdade se a negritude estiver sempre atrás.”

Segundo a participante do evento, Thereza Moreno, diretora financeira e presidente interina da Prudential Brasil, as mulheres negras ainda se encontram sub-representadas dentro de grandes empresas e em cargos de chefia. Para ela, é importante o investimento na diversidade como forma de modificar a realidade.

Estudos realizados no ano de 2016 pelo IBGE, entre as pessoas de 25 anos ou mais que terminavam o ensino superior, 21,5% eram mulheres e 15,6% homens, porém, a inclusão de afrodescendentes nesse nível de educação ainda é frágil. As participantes do evento entendem que a dificuldade em ingressar e concluir o ensino superior se dá pelo racismo estrutural às mulheres negras e isso acaba se refletindo também nas seleções para vagas de empresa e na própria atuação profissional.

Para Luciana Costas, também participante do evento supramencionado, entende que um mercado de trabalho inclusivo depende da efetiva busca por profissionais negras: “Eu creio que os processos de recrutamento devem ser revistos pelas empresas, pois quando uma pessoa é negra, ela necessita ser muito mais qualificada. Isso gera uma distinção na equipe”, ressaltou.

É nítida a diferença de tratamento entre as pessoas brancas e negras no cenário brasileiro, pois, ainda que o primeiro grupo (composto por pardos e negros) chega quase ao total de 54% da população nacional e ainda assim, não há igualdade social para esta maioria populacional.

Segundo estudos do IBGE, o analfabetismo atingia os jovens com mais de 15 anos no ano de 2017, ou seja, 7,2% da população brasileira, sendo, portanto, um total de 11,8 milhões de pessoas.

Necessário se faz destacar que, ainda segundo o mesmo estudo citado, cerca de 9,9% de pessoas analfabetas são negras, sendo que 4,2% são brancas, sendo que 18% dos adultos brancos conseguiram concluir o ensino superior, enquanto apenas 8% da população negra/parda conseguiu concluir os estudos em uma universidade.

Se há uma grande desigualdade entre a população negra e branca, há mais ainda entre as mulheres negras, pois, essa desigualdade reflete, também, no mercado de trabalho.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cerca de 39,8% das mulheres negras estão em trabalhos subalternos, sendo os homens negros em um total de 31,6%, seguido pelas mulheres brancas em 26,9% e encerrando pelos homens brancos, compondo um total de 20,6%.

Segundo a pesquisa de “O Desafio da Inclusão”, do instituto Locomotiva, divulgada no ano de 2017, a mulher negra que possua ensino superior, chega a ganhar, em média, 2,9 mil reais de salário, entretanto, a mulher branca com o mesmo nível superior, chega a ganhar 3,8 mil reais. Já o homem negro ganha, em torno de, 4,8 mil reais e o homem branco 6,7 mil reais.

Desta forma, há o questionamento de o porquê existe tanta desigualdade social entre as mulheres negras e os outros grupos mencionados, pois, conforme, estudos do IBGE do ano de 2016, houve um aumento de mulheres pretas e pardas que concluíram o ensino superior (10,4%), porém, as mulheres brancas chegaram a um percentual de 23,5%, ou seja, mais que o dobro de mulheres negras que concluíram o ensino superior no Brasil.

A doutora em antropologia pela Universidade de São Paulo, Jacqueline de Moraes Teixeira, em entrevista para o site “AlmaPreta”, no ano de 2018, alega que:

“Houve aumento significativo na última década no percentual de mulheres negras que concluíram o ensino superior. Por outro lado, esse mesmo número não permitirá a diferenciação do modo como a mulher negra cresce no mercado de trabalho. Mesmo havendo aumento na formação delas, não há crescimento no número de postos de trabalho para pessoas com ensino superior”.

Ainda que haja a nítida capacidade profissional da mulher negra em exercer certa função determinada pelos estudos em ensino superior, há outras características que não poderiam/deveriam ser considerados para fins de contratação no mercado de trabalho.

Teixeira continua explicando que:

“Os problemas estão relacionados a fatores como vestimenta e características físicas. O processo e a linguagem do mercado de trabalho admitem a mulher

negra em determinadas funções, voltadas à esfera doméstica e a serviços que consideram muito menos do que esses corpos, mesmo tendo a mesma formação, para ocupar cargos de maior relevância em determinadas funções”.

Segundo o autor Amauri Eugênio Júnior, colunista do site “AlmaPreta”, em 31 de julho de 2018, publicou um texto em que entende que deve ser considerado a lógica racista no mercado de trabalho condicionada às mulheres negras. Vejamos:

“Outro ponto a ser considerado é a origem da lógica racista no mercado de trabalho, que condiciona mulheres negras a ocuparem funções voltadas à atividade doméstica ou à prestação de serviços elementares, como limpeza. Esse panorama está intrinsecamente ligado à lógica escravocrata. Ainda que houvesse mulheres negras escravizadas inseridas em atividades relativas à colheita de cana-de-açúcar e em usinas, o senso comum até hoje a aprisiona ao trabalho doméstico na casa grande.”

Jaqueline de Moraes, ainda em entrevista no mesmo site que o colunista publicara o seu texto, ressaltou que

“Este ponto está, certamente, conectado ao imaginário da inserção de mulheres negras no mercado de trabalho que remete à economia escravocrata, que permeou [o país] por mais de três séculos. Ainda há herança perversa, e o processo de socialização e de reconhecimento da mulher negra no mercado de trabalho remetem ao cuidado e ao trabalho exercido na casa grande: elas eram responsáveis pelo serviço doméstico e pelos cuidados com os filhos [dos senhores] brancos”.

De forma ampla, pode-se observar que as oportunidades e a remuneração são demasiadamente desiguais no que tange à mulher negra no mercado de trabalho. Desta forma, o grupo subalterno estudado acaba tendo acesso reduzido aos serviços mais básicos para a existência, como saúde e educação de qualidade.

Portanto, não há como tratar do mercado de trabalho sem trazer à tona as míseras oportunidades destacadas às negras.

“O mercado acaba, talvez, ajudando na cristalização do processo de desigualdade social, que se dá em diversas instâncias. Há um problema político, extremamente sério, que é o genocídio da juventude negra”, ressalta a doutora Teixeira (entrevista para o site “AlmaPreta”, em 31 de julho de 2018).

O governo Sarney apresentou o projeto de Lei para diminuir a desigualdade racial no Brasil no ano de 1999. Este projeto fora aprovado no ano de 2002 que foi incorporado no projeto do “Estatuto da Desigualdade Racial”.

Apenas no ano de 2012 a Lei 12.711 fora sancionada e entrou em vigor no ano de 2013 determinando a reserva de 50% das matrículas nos cursos e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais aos alunos oriundos de escolas públicas e alunos negros.

Porém, ainda que as políticas públicas fossem e são necessárias para o ingresso nas universidades e assim, conseqüentemente ao ingresso no mercado de trabalho da população negra, sobretudo à mulher negra, ainda não são suficientes em relação à diminuição da desigualdade racial e do olhar subalterno existente pelos demais grupos sociorraciais, em que se encontra a mulher negra nos dias atuais.

Destarte, qual seria, portanto, uma solução a ser adotada para esta diminuição da desigualdade racial? Criar mecanismos que possam representar a população negra no mercado de trabalho, bem como mais políticas afirmativas.

Também é interessante pensar que ter mais modelos negros na mídia, mais atrizes e atores como personagens principais, já seria um grande avanço na representatividade para crianças negras.

É necessário que as equipes de recursos humanos das empresas, trabalhem para que se diminuam os níveis de desigualdade e representatividade nas corporações, contratando mais mulheres negras que possuam qualificação para as profissões de destaque.

“É necessário construir mecanismos de representatividade em tais empresas, inclusive para cargos de diretoria e de liderança, em que pessoas com a mesma formação tenham chances de ocupar posições para as quais foram formadas dentro de trabalho.. Essa seria uma medida superimportante, que já é aplicada [em certa medida] no Brasil, por meio da lei federal para cotas em determinados concursos públicos. Mas seria importante que empresas discutissem sobre essa questão”, completa Jacqueline de Moraes Teixeira (entrevista para o site “AlmaPreta”, em 31 de julho de 2018), doutora em antropologia e professora da Faculdade de Educação da USP (Universidade de São Paulo).

4. A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

A intenção de trazer à tona o prefixo “IN” em parênteses, é mostrar o quanto são velados os assuntos da desigualdade social, do machismo, do racismo e sobretudo quando se trata da mulher negra no cenário brasileiro, pois em uma sociedade preconceituosa, esse tipo de conversa parece até mesmo uma piada sendo contada.

Quando dizemos que a mulher negra, com a mesma formação que um homem branca pode chegar a ganhar menos que 40% do salário, as pessoas “ingênuas” entende que essa diferença não se dá pelo fator cor de pele, porém, essas mesmas pessoas não conseguem afirmar com outros argumentos a ideia deles.

Quando questionamos: “Se a mulher negra, com a mesma qualificação que o homem branco, ganha menos que 40% do salário dele, se não é pela sua cor de pele, por que é então?” A resposta sempre vem de um silêncio profundo, já que não conseguem explicar qual seria o outro motivo para este buraco social.

Quando se invoca o prefixo “IN” é com a intenção de demonstrar a não visibilidade da mulher negra nos assuntos acima analisados e abordados. Mostrando, ainda, a vulnerabilidade que a mulher negra e os ataques racistas que recebem diariamente.

Durante todo o artigo, foram trazidos dados históricos, bem como estatísticos e percentuais que exprimem um pouco a realidade social do grupo sociorracial estudado, uma vez que há uma abordagem significativa da representatividade dessa realidade nos dados apontados e estudados.

A ex desembargadora Luislinda Dias de Valois Santos, natural de Salvador, Bahia, nascida no ano de 1942, quando conta um pouco de sua história, no site “vladimirherzog.org”, explica que sua mãe era lavadeira e seu pai motorneiro. Sua infância fora muito pobre e passou a cuidar dos seus irmãos após a morte de sua mãe. Conseguiu estudar e se formar na Universidade Católica do Salvador aos 39 anos.

Segundo o site, no ano de 1984 ela se tornou a primeira juíza negra do Brasil e no ano de 1993 sentenciou a primeira condenação por racismo no Brasil. Já no ano de 2003, ela criou o projeto “Balcão de Justiça e Cidadania”, para as áreas mais pobres de Salvador, no sentido de resolver os conflitos.

Em 2009, Valois publicou um livro chamado *O negro no século XXI*. No de 2011, foi promovida, por antiguidade, a desembargadora no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), porém, se aposentou poucos meses após a posse.

Em 2012, recebeu o título de embaixadora da paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2013, ingressou na política e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

No ano de 2017, o até então presidente da república, Michel Temer, deu posse a Valois como ministra de Direitos Humanos.

Durante sua caminhada na magistratura e também antes dela, Valois sofreu muito racismo e muita discriminação por parte de colegas de trabalho e professores. Em entrevista para o site “geles”, conta uma história, como sujeito oculto, de preconceito que sofreu por parte de um professor de escola. Vejamos:

“Uma garota negra de nove anos apresenta o material de desenho requisitado pelo professor:

– Mas não foi isso que eu pedi!

– Bom, isso foi o que meus pais puderam comprar.
– Menina, se seus pais são tão miseráveis assim, vou lhe dar um conselho: pare de estudar e vá aprender a fazer feijoada na casa da branca. Você será mais feliz. A garota corre para o pátio, chora, enxuga as lágrimas, retorna para a sala de aula e diz ao professor:

– Eu não vou aprender a fazer feijoada na casa da branca. Vou ser juíza e voltar aqui para o prender. Mais tarde, ao contar o acontecido para o pai, levei uma surra. Pois o seu Luiz, motorneiro de bonde e a mãe, dona Lindaura, passadeira e lavadeira tinham a educação como um bem supremo. ‘Filhos meus não respondem e nem desrespeitam professor’. Até hoje a desembargadora se emociona ao lembrar dessa passagem de infância. Ela afirma não ter raiva do professor: ‘Ele acabou servindo como estímulo. Fui à luta e me tornei o que quis’”.

A história de Luislinda Valois é muito parecida com a de outras intelectuais negras que foram citadas ao longo do artigo, como Gabriela Pereira, Eliene Dias e Djamila Ribeiro.

O professor Cornel West (1999) traz uma potente discussão em *O dilema do intelectual negro*, pois tece uma crítica a dois tipos de intelectuais que não são bem vistos pela comunidade negra. O primeiro, é o intelectual que se deixa levar pelo ambiente acadêmico branco e acaba se envolvendo e aceitando todos os paradigmas e teorias que lhes são apresentadas; o segundo, é aquele intelectual que prefere centrar-se nas questões afro-americanas, sem dialogar com o entorno branco ao qual se insere. Para West, os dois tipos de intelectuais negros, por ele mencionados, acabam não produzindo discussões interessantes, além de não serem vistos positivamente pelos seus pares. Suas discussões me remetem ao texto de Patricia Collins (2016),

Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro, no qual a autora apresenta dois tipos de pensamento feminista negro, semelhantes aos apresentados por Cornel West, e acrescenta um terceiro que, feito de dentro da academia – ambiente majoritariamente branco – discute criticamente as questões colocadas pelos brancos, dialogando com as questões da negritude. O texto de Collins se faz importante devido ao fato da autora centrar suas discussões a partir de uma perspectiva feminina, o que West deixa a desejar. Neste ponto, é válido levar em conta o pensamento de bell hooks, quando diz que

“a política do patriarcado torna a situação dos intelectuais negros diferente da das negras. Embora eles enfrentem o racismo, não enfrentam os preconceitos de gênero. E como já se disse como são encarados como membros legítimos de uma tradição intelectual estabelecida, seu trabalho é menos suspeito e muitas vezes mais recompensado que o das negras.” (hooks, 1995, p. 475)

Considerando sanar as faltas deixadas por alguns intelectuais negros, quando estes não acertam ao estabelecer um diálogo entre sua representatividade e o ambiente acadêmico, West discorre sobre quatro modelos para a atividade intelectual negra, os quais sejam: o modelo burguês – o intelectual negro como humanista; o modelo marxista – o intelectual negro como revolucionário; o modelo foucaultiano – o intelectual negro como cético; e o modelo insurgente – o intelectual negro como catalisador crítico e orgânico.

De acordo com West (1999), o primeiro modelo, o burguês, é problemático devido ao fato de necessitar de legitimação e titulação acadêmica por parte do intelectual negro que decide segui-lo, além de ser um modelo voltado para a comunidade branca – o que acaba limitando o intelectual negro que dele se apropria. O segundo modelo, o marxista, “[...] privilegia a atividade dos intelectuais negros e promove seu papel profético” (WEST, 1999, p. 09), isto é, por um lado, é libertário e proporciona uma consciência crítica aos intelectuais negros, por outro, segundo West, ainda não é suficiente para dar conta das necessidades destes intelectuais. O terceiro modelo, o foucaultiano, rejeita os dois anteriores a partir do momento em que “[...] impulsiona os intelectuais a repensar e redefinir sua auto-imagem e sua função na contemporaneidade” (WEST, 1999, p. 11), neste modelo, o ponto negativo, segundo West, é que ele pode aprisionar a atividade intelectual negra ao ambiente acadêmico

burguês. O quarto e último modelo, o insurgente, incorpora objetivos estruturais presentes no modelo marxista, no que diz respeito à classe e à democracia, e também se preocupa com os regimes de verdade que circulam pela sociedade e com as relações de poder e conhecimento, como o faz o modelo foucaultiano.

Depois de, brevemente, apresentada as quatro propostas de modelos de intelectuais negros, posso afirmar que, graças à intensa preocupação com os regimes de verdade e estereótipos que circulam, através da mídia, sobre a mulher negra, a poesia de Mónica Carrillo insere-se no quarto modelo apresentado, haja vista que, a partir de seus textos, a autora mostra a suas leitoras e seus leitores novas perspectivas para os corpos negros que se percebem, se afirmam e passam a existir sem se culparem com as imposições de uma sociedade machista, patriarcal e preconceituosa. O modelo insurgente, de acordo com Cornel West, “[...] privilegia o trabalho coletivo intelectual que contribui para uma luta e uma resistência comum” (WEST, 1999, p. 13); e quando Carrillo rompe com os silenciamentos da mulher negra em suas poesias, a autora não está falando sobre/de/para apenas uma mulher negra em específico, ela fala sobre/de/para todas as mulheres negras que já vivenciaram ou vivenciam na pele as histórias de luta cotidianamente. Dialogando com o papel desempenhado por intelectuais negras, bell hooks traz a ideia de que

“o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetua uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta, principalmente, para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural, orgânica, mais próxima da natureza animalística e primitiva.” (hooks, 1995, p. 468).

Estabelecendo um diálogo com o pensamento de Deleuze e Guattari, entendo que o texto literário produzido por escritores(as) negros(as) podem ser considerados uma literatura menor, pois “não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior” (DEULEZE; GUATARRI, 2003, p. 55). Além disso, por meio da língua é afetado o coeficiente de desterritorialização, que desenraiza construções hierárquicas e refirma contextos afrodiaspóricos contribuindo para produções que surgem como afro-rizomas: “*solo necesito que haya una vía pa’ mi inspiración*”. É o que vemos na poesia de Mónica Carrillo, a ressignificação dos corpos

diaspóricos, identidades diaspóricas que rompem com uma pilhagem epistêmica através, também, da linguagem.

E, claro, se língua é poder, um outro aspecto dessa literatura menor é o político. Deleuze e Guattari dizem que

“[Na literatura menor] tudo é político. Nas ‘grandes’ literaturas, ao contrário, o caso individual (familiar, conjugal, etc.) tende a ir ao encontro de outros casos não menos individuais, servindo o meio social como ambiente e fundo; embora nenhum desses casos edipianos seja particularmente indispensável, todos “formam um bloco” em um amplo espaço. A literatura menor é totalmente diferente: seu espaço exíguo faz com que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual se torna então mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, na medida em que uma outra história se agita nele.” (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 26).

Por conseguinte, uma escrita (corpo) afro-peruana que é traçada pelo Atlântico Negro acaba por romper laços que buscam o território/lugar para determinar identidades, pois a identidade não é enraizada e estável, mas se opõe à ideia de uma cultura territorial fechada e codificada no corpo, afinal, é nele onde ocorrem as ressignificações de memórias que, na performance, passam a ser um elemento rupturista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que aqui fora realizado, buscou demonstrar pelas análises gráficas e por percentuais, que mesmo a mulher negra se qualificando e demonstrando total conhecimento nas áreas de qualificação, continuam sendo consideradas qualificadas para profissões subalternas, demonstrando, claramente que no século XXI as mulheres negras não têm espaço social aberto para serem o que elas quiserem ser, pois, com todo esforço para se qualificar, ainda ganham menos de 40% do salário que o homem branco venha a ganhar.

O artigo demonstrou também essa disparidade por conta do racismo individual, institucional e estrutural que se vive no Brasil desde a abolição escravocrata no momento em que não foi oferecido aos negros e negras uma oportunidade de ter um pedaço de terra, bem como uns gados e uma determinada quantia em dinheiro para que tentasse recomeçar suas vidas após anos de humilhação escravista.

Sendo que, para o branco que aqui veio fazer morada, recebia todas as “regalias” citadas para iniciar uma boa vida no país.

Retrato claro do racismo instaurado.

A mulher negra, além de ter que se enquadrar na sociedade alisando seus cabelos com ferro de passar roupa em cima de suas camas para trabalhar na casa das ex sinhazinhas, só tinham oportunidade, em regra, de emprego para babá, doméstica e serviço geral, por isso, o movimento feminista negra se tornou essencial para a criação de políticas públicas voltadas a esse público socioeconômico, como o exemplo das cotas raciais para adentrar em universidades federais e estaduais, bem como concursos públicos.

As políticas sociais se tornaram bastantes efetivas para o ingresso de mulheres negras nas universidades e por possuírem qualificação, a consequência foi a existências de maiores oportunidades para o mercado de trabalho.

Destarte, importa salientar que essas mesmas políticas não são suficientes nem para amenizar a diferença social, bem como o racismo que essas mulheres vivem, precisando, urgentemente, que seja considerado pelo legislador que as penas dos crimes de racismo e injúria racial se tornem mais severas no cenário criminal.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade – Rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822 – 1850)**. Disponível em: <<https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/escravidao.htm>>. Acesso em: 06 Maio de 2019.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<<http://www.ufrgs.br/cdrom/depestre/escravidao.htm>>. Acessado em 06 de Maio de 2019.

FRAGOSO, Carolina – **A Evolução das Mulheres no Mercado de Trabalho**. Disponível em:

<<https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evoluo-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 06 Maio de 2019.

PASSOS, Najla – **Negras Recebem Menos de 40% do que Brancos que Ocupam Mesma Função**. Disponível em:

<<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Negras-recebem-menos-de-40-do-que-brancos-que-ocupam-mesma-funcao/7/35679>>. Acessado em 07 de Maio de 2019.

LINHARES, Igor – **O Erro da Pirâmide de Opressões**. Disponível em:

<<https://medium.com/revistaokoto/o-erro-da-pir%C3%A2mide-de-opress%C3%B5es-d3808b6f6f82>>. Acessado em 07 de Maio de 2019.

<<https://www.mundovestibular.com.br/articles/2772/1/EVOLUCAO-HISTORICA-DA-MULHER-NA-LEGISLACAO-CIVIL/Paacutegina1.html>>. Acessado em 07 de Maio de 2019.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acessado em 07 de Maio de 2019.

Ellen, Taís - **Fundo de População da ONU debate inclusão de mulheres negras no mercado de trabalho**. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/fundo-de-populacao-da-onu-debate-inclusao-de-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/>> Acessado em 16 de Maio de 2019.

Oliveira, Tory – **Mulheres Negras no Mercado de Trabalho**. Disponível em:
<<http://aegea.com.br/respeitodaotom/opiniao/mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/>>. Acessado em 16 de Maio de 2019.

Eugênio, Amauri – **Por que mulheres negras são pouco valorizadas no mercado de trabalho?** Disponível em:
<<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/por-que-mulheres-negras-sao-pouco-valorizadas-no-mercado-de-trabalho>>. Acessado em 16 de Maio de 2019.

Trippia, Luciene Maria; Baracat, Eduardo Milleo – **A Discriminação da Mulher Negra no Mercado de Trabalho e as Políticas públicas**. Disponível em:
<https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/94254/2014_tripppia_luciane_discriminacao_mulher.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 16 de Maio de 2019.

LESME, Adriano. **"Cotas raciais"; Brasil Escola**. Disponível em:
<<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>>. Acesso em 20 de Maio de 2019.

HEROG, Vladimir – **Quem é Luislinda Valois, a nova ministra de Direitos Humanos**. Disponível em:
<<https://vladimirherog.org/inimigo-da-ditadura-dom-helder-camara-faria-108-anos-neste-mes/>>. Acessado em 22 de Maio de 2019.

CANCIAN, Renato – **Feminismo**. Disponível em:
<<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>> Acessado em 26 de Maio de 2019.